

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.687 - BA
(2018/0121110-9)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : SOCIEDADE EDUCACIONAL ZACARIAS DE GOES
VASCONCELOS LTDA
ADVOGADOS : LUCAS ALBIANI ALVES COSTA - BA035322
CRISTINA RIOS DE ALMEIDA - BA031102
NATALIA JULIETE DE OLIVEIRA LIMA - BA040697
AGRAVADO : ARDENIA SILVA NUNES
AGRAVADO : AUTOBELE COELHO BRAGA
AGRAVADO : DENILSON JOSE DOS SANTOS
AGRAVADO : DENISE DOS SANTOS SILVA
AGRAVADO : DENISE DIAS ALVES
AGRAVADO : EDERSON MIRANDA ROSA
AGRAVADO : FELIPE BRITO DE NOVAIS
AGRAVADO : GILDETE AGUIAR NETO
AGRAVADO : GILMARA NETO FERREIRA
AGRAVADO : GILVANILDO DOS SANTOS LEITE
AGRAVADO : GLECIO ROCHA DOS REIS
AGRAVADO : IVANA GOMES SANTOS ALMEIDA
AGRAVADO : JOELIA SILVA OLIVEIRA
AGRAVADO : LIVIA MARTINS DANTAS KLETKE
AGRAVADO : LORENA GOMES TEIXEIRA
AGRAVADO : RAICLE DA SILVA AGUIAR
AGRAVADO : RENICIO BARBOSA SOARES
AGRAVADO : SOLINEIDE LUDUVICO DOS SANTOS ARAGAO
AGRAVADO : VIRGILIO SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : RICARDO GUEDES SANTOS E OUTRO(S) - BA033162
THASSO CRISTOVAO MARINHO MACHADO - BA039075
INTERES. : NIL - EDUCC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA
ADVOGADO : MARIA CECILIA DE O T VELOSO - BA032786A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO ANTE A SUA INTEMPESTIVIDADE.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO IMPETRANTE.

1. Consoante Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. *In casu*, incidem as regras estabelecidas pelo CPC/15, visto que à época da publicação do acórdão recorrido já estava em vigor o novo regramento processual.

2.1. É intempestivo o recurso ordinário interposto após o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto nos artigos 219 e 1.003, § 5º, do CPC/15 e artigo 33 da Lei 8.038/90.

2.2. Nos termos do parágrafo 6º do artigo 1.003 do NCPC, para fins de aferição de tempestividade, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Precedente: AgInt no AREsp 957.821/MS, CORTE ESPECIAL, DJe 19/12/2017.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luís Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator